



GLOBO TENTA HUMILHAR ESTUDANTES E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA COM ATAQUE A SISTEMA DE COTAS E ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

A Rede Globo atacou as políticas afirmativas de inclusão educacional, o sistema de cotas e a escola pública no DFTV. Na edição do dia 14 de janeiro, na matéria sobre o aumento do número de estudantes de escolas públicas aprovados na primeira chamada do Programa de Avaliação Seriada (PAS), a TV Globo manipulou o assunto para desacreditar as políticas de inclusão educacional.

O telespectador foi conduzido para o comentário de Alexandre Garcia, que apresentou crítica negativa sobre o sistema de cotas. É assim que a Rede Globo desquali-

fica o trabalho de professores(as) e humilha os(as) estudantes da rede pública. A “reportagem” não passa de uma ação perversa para destruir a autoestima dos(as) estudantes que conquistaram 861 vagas na UnB; para desqualificar a política de cotas; e para inabilitar a eficiência dos(as) professores(as) da rede pública de ensino do DF.

O comentário repercutiu negativamente nas redes sociais. Flávia Helen, professora da Secretaria de Estado da Educação do DF (SEEDF) foi uma das que protestou. Ela não admite ter sua qualificação profissional e conhecimento acadêmico e pedagógico

desqualificados pela Globo, uma empresa que atua nos bastidores das reformas educacionais para privatizá-la.

“Parafrazeando Martin Luther King, eu tenho um sonho que um dia o Brasil proporcionará, aos menos favorecidos, igualdade de oportunidades e direitos. Sonho com o dia em que a meritocracia, a homotransfobia e o machismo serão apenas palavras constadas em um passado distante. Continuarei acreditando na capacidade de todos que, como eu, são fruto da escola pública, moradores da periferia, os quais tiveram seus direitos usurpados pela elite burguesa deste país. Continuo na luta incansável para que esse sonho se torne realidade”, disse ela.

Manifestação nas redes sociais

O site Brasil 247 alertou para o fato de que Garcia “afirmou que os estudantes cotistas da UnB entrariam pelas costas na universidade pública, sem ter, na sua avaliação, mérito para estudar nas instituições federais de ensino superior. Estariam lá por ‘pistolão’. No entanto, diversos estudos do Ministério da Educação (MEC) comprovam que os estudantes cotistas vêm tendo desempenho acadêmico superior ao de não cotistas”, informa o site.

Lembra que, “no passado, Garcia havia causado polêmica ao dizer que o Brasil não era racista até inventarem a Lei de Cotas. Ele seguiu o raciocínio de Ali Kamel, diretor de jornalismo da Rede Globo, que escreveu o livro “Não somos racistas” para tentar evitar que o Brasil adotasse políticas de ação afirmativa, existentes nos Estados Unidos há mais de 50 anos”. No comentário, Garcia introduz também um elemento fora da temática da reportagem ao deixar subentendido que, nos EUA, a educação é considerada de excelência porque atua sob a diretriz e os princípios da meritocracia.

Meritocracia e privatização da educação fracassaram nos EUA

A diretoria colegiada do Sinpro-DF esclarece que um dos primeiros países do mundo a adotarem políticas afirmativas foram os Estados Unidos. E informa que o primeiro a usar o sistema meritocrático também foram os EUA, com um modelo que nasceu e morreu nas escolas de Nova Iorque porque, comprovadamente, foi um fiasco. Os governos neoliberais do Distrito Federal, Goiás, São Paulo, Paraná, entre outros, querem usar esse fracasso nas escolas públicas.

Em 2011, o modelo meritocrático norte-americano afundou e

levou consigo várias escolas, deixando centenas de estudantes e de docentes no prejuízo. A Folha de S. Paulo, de 20 de julho de 2011, na matéria “Modelo para SP, bônus para docente em NY é cancelado”, registrou o cancelamento do bônus por desempenho. Assinada por Fábio Takahashi, a matéria informava que os EUA desistiram da concessão do bônus por mérito depois de um estudo mostrar que as escolas participantes do programa não tiveram desempenho melhor do que as que ficaram de fora dele.

É esse modelo fracassado que Garcia classifica como de excelência e desqualifica a política de cotas para a rede pública de ensino. Esse modelo fracassado é o mesmo que governos estaduais neoliberais têm trazido para reformular a educação pública e impor a privatização.

Vale lembrar que o governo Rollemberg cogitou, desde o início de seu mandato, adotar a meritocracia nas escolas públicas do Distrito Federal. Este ano ele vai trabalhar para privatizar as escolas públicas. Basta ver o Decreto nº 37.036/2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 31/12, em que institui os Grupos de Trabalho do Marco Regulatório do Terceiro Setor.



Professora Flávia Helen e estudantes aprovados no PAS do CEM 304 de Samambaia

A ABOMINAÇÃO ÉTICA EM ALEXANDRE GARCIA

Os comentários de Alexandre Garcia nos telejornais da TV Globo são sempre um festival de impropérios, invariavelmente de cunho elitista. Porém, sua declaração recente em que acusa os alunos ingressos à UnB pelo sistema de cotas de “não possuírem méritos para ingressar na Universidade” revela em sua personalidade um pendor de senhor de escravo, um calejamento próprio de uma classe dominante infecunda e profundamente perversa.

A Lei de Cotas nas universidades completou três anos no ano passado. Fruto da mobilização dos movimentos sociais, logrou colaborar no ingresso de mais de 111 mil alunos negros. Ao contrário do propalado pelos intelectuais da Casa Grande, sua efe-

tivação não precarizou o ensino superior público: segundo dados científicos apurados na avaliação dos 10 anos da implementação do sistema de cotas na UnB, o rendimento dos estudantes cotistas é igual ou superior ao registrado pelos alunos do sistema universal. Outras análises, em dezenas de instituições como Uerj e UFG, coadunam com o diagnóstico.

Os argumentos contrários ao sistema de cotas carregam o signo de uma ideologia que fez com que o País vivesse o colonialismo, a escravidão e a própria ditadura. Está no DNA da classe dominante brasileira buscar impedir a emancipação dos oprimidos, por esses constituírem ameaça ao seu domínio. Para esse fim, ocultam os saqueios e opressões que os

povos colonizados foram e são submetidos, ao mesmo tempo em que procuram domesticar o imaginário dos oprimidos a partir de mentiras repetidas à exaustão nos meios de comunicação em massa.

Darcy Ribeiro, fundador da UnB e um dos maiores antropólogos brasileiros, teve ocasião de asseverar que o maior problema do Brasil é sua elite. Segundo ele, as elites brasileiras se apropriam unicamente do poder para usurpar à riqueza nacional, condenando seu povo ao atraso e a penúria (ver O livro dos CIEPS, 1986:98). Por isso, carregamos a ingloria posição de terceiro país mais desigual do mundo.

Alexandre Garcia é um conhecido bajulador das hostes oficiais. Foi aliado de Ernesto Geisel e

porta-voz do ditador João Batista Figueiredo. Foi exonerado após postar seminu numa revista masculina. Apoiou a candidatura de Maluf no Colégio Eleitoral. Foi um dos artífices da cobertura global que favoreceu a ascensão de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. É, pois, co-participante da tragédia social, política, econômica e ideológica da sociedade brasileira.

A TV Globo, que abriga essa triste figura, é a principal aliada de todas as causas abomináveis patrocinadas pela elite contra o povo brasileiro. Sustentou o golpe de 1964, franqueou amplo apoio ao regime militar, deu sustentação aos governos conservadores após a redemocratização. Seu jornalismo sempre perseguiu os

movimentos sociais e lideranças populares, cuja expressão mais retumbante foi o herói da pátria Leonel de Moura Brizola.

Quando insulta os alunos da rede pública egressos pelo sistema de cotas, o jornalista vê nisso paternalismo e esmola. É compressível. Quem ascendeu na carreira com favores e migalhas dos plutocratas só pode enxergar nos outros os vícios que carrega. Felizmente, o povo brasileiro não permitirá que a direita apátrida coloque suas mãos sujas de sangue em seus direitos mais caros, para a tristeza do jornalista e seus correligionários.

*Graduando em sociologia da Universidade de Brasília - UnB



*João Marcelo

APESAR DAS DIFICULDADES IMPOSTAS PELO GDF, ENSINO PÚBLICO DÁ EXEMPLO DE BOA QUALIDADE E EFICIÊNCIA NO PAS

Em janeiro, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) divulgou que 861 estudantes de escolas públicas foram aprovados na primeira chamada do Programa de Avaliação Seriada (PAS), garantindo vagas na Universidade de Brasília (UnB). O número representa 41% das aprovações. Em 2015, com as mesmas 2.106 vagas, a rede pública aprovou 32%. É uma vitória a ser comemorada pela comunidade escolar, resultado da eficiência e do esforço de professores(as) e estudantes.

O resultado deve ser aplaudido porque a mídia defende a escola privada como se apenas ela fosse capaz de oferecer educação de qualidade e, ao mesmo tempo, desqualifica a escola pública com matérias pejorativas, omitindo o esforço de direções, professores(as) e orientadores(as) educacionais que lutam por educação pública de qualidade, apesar das adversidades impostas pelo governo Rollemberg e sua política de sucateamento das escolas públicas e de desvalorização do magistério público.

Um exemplo dessa luta é o Centro de Ensino Médio (CEM) 01, de Sobradinho, conhecido como “Ginásio”. “Temos a gestão democrática, uma grande conquista, mas não podemos fazer um planejamento. O governo

Rollemberg faz o ‘choque de gestão’, o que significa retirar dinheiro de áreas sociais, que ele considera ‘gasto’. O GDF não implantou um cronograma para o depósito do PDAF. Não sabemos quanto e nem quando o valor é depositado. Isso complica demais”, afirma o diretor do CEM 01, Ari Luiz Alves Pae.

O diretor atribui o sucesso do “Ginásio” no PAS 2015 se deve ao esforço dos(as) estudantes e ao Projeto de Avaliação Formativa – mais conhecido como “Ponto a Ponto”, que, como uma peça de crochê, é construído por várias mãos. Criado pelos(as) professores(as), o projeto tem obrigações e horários a cumprir, sem nenhum viés retrógrado ou medieval.

“Hoje as comunidades de Sobradinho, Planaltina, Planaltina de Goiás, Fercal querem matricular seus filhos aqui, pois temos uma base pedagógica e este projeto, que está dando certo. Ironicamente, a SEEDF está nos atacando, criticando essa iniciativa bem-sucedida. Há um cunho político nessa motivação”, avalia o diretor.

Isenção – Esse número expressivo de escolas do DF ganha ainda mais significado quando se observa o descaso do governo Rollemberg com a educação. Um dos exemplos mais claros é que o governo não pagou a inscrição dos(as) estudantes para o PAS do ano passado

(2015).

De forma irresponsável, ele, jogou esse custo no colo dos candidatos e de suas famílias. Muitos não tinham condições financeiras para pagar a taxa. Portanto, o Sinpro-DF e a comunidade escolar têm ciência de que os números poderiam ser ainda maiores se o GDF não os(as) tivesse deixado com pires na mão.

No CEM 01, o diretor afirmou que vários(as) estudantes foram prejudicados(as). “O valor da inscrição é muito pesado para muitas famílias. Temos muitos(as) estudantes carentes, de comunidades rurais, mas não consigo mensurar o número de prejudicados. Só sei que isso devia ser política pública e nenhum governo tinha de abandonar esse ônus para os(as) estudantes”, afirmou Pae.

Isso também ocorreu no CEM Setor Oeste, no Plano Piloto. “Fiquei sabendo que alguns(as) estudantes desistiram do exame porque não conseguiram pagar a taxa. O nosso resultado seria ainda melhor se todos e todas pudessem pagar e nós, da diretoria, ajudaremos quem precisar”, atesta Ana Maria Gusmão, diretora.

Ela endossa o fato de a comunidade escolar estar muito satisfeita. “Foi um ano difícil, mas os(as) professores(as) repuseram as aulas, correram atrás e o mérito é de todos e todas”, diz.



Em 2015, protesto contra o fim da isenção, no CEM 404, em Santa Maria

FIM DA ISENÇÃO DA INSCRIÇÃO PREJUDICA ESTUDANTES

A mídia apresenta a escola pública como “o patinho feio” e enaltece as escolas privadas. Formadora de opinião, ela se aproveita disso para omitir o esforço de docentes, orientadores(as) educacionais e estudantes que fizeram o exame do Programa de Avaliação Seriada (PAS) 2015 para derrubar barreiras, como o sucateamento da escola, e demonstrar que, apesar do governo, a rede pública é capaz de aprovar estudantes na universidade pública.

Não mostrou também que centenas de estudantes carentes não estão entre os(as) aprovados(as) porque foram sabotados pela política privatista do governador Rollemberg. Para justificar seu projeto de privatização, decretou uma crise financeira no DF e suspendeu um dos programas de promoção da inclusão educacional. Cortou o pagamento da inscrição de R\$ 100 no PAS dos(as) mais carentes, os quais ficaram alijados(as) do sonho de ingressar na universidade e melhorar de vida.

“Tivemos turmas de terceiro ano com 40 estudantes em que apenas três puderam pagar a taxa”, atesta Susanete Dias da Costa, professora do Centro de Ensino Médio (CEM) 02 de Planaltina. Ela assegura que se todos(as) tivessem feito o exame, o número de aprovados teria sido o dobro”.

Taguatinga – Taguatinga é um exemplo do desastre da política privatista do governo Rollemberg. “Se ele não tivesse acabado com a isenção, o número de aprovados(as) seria muito maior. Ele privou estudantes carentes de realizarem o exame. Mais da metade não conseguiu se inscrever no PAS”, garante Antônio Dames, professor Centro Educacional (CED) 04, de Taguatinga.

O professor explica que o CED 04 tem um projeto que enfoca o PAS, o ENEM, a formação interdisciplinar para o ensino médio. “Um projeto aprimorado e revisto, que provoca a reflexão. Mesmo que boa parte deles tenha ficado impossibilitada de fazer a prova, asemente está sendo plantada”, diz.

No Centro de Ensino Médio Ave Branca (Cemab), em Taguatinga, a professora Raquel Botelho atribui o sucesso ao trabalho executado no ensino médio. “Desenvolvemos durante os três anos projetos que envolvem as obras do PAS e uma revisão para os(as) estudantes do terceiro ano”. Ela calcula que 40% dos(as) estudantes foram prejudicados com a decisão de Rollemberg de deixar os custos da inscrição por conta deles e delas. “Porque não tiveram condições financeiras de arcar com os custos”, afirma.



Estudantes do CED 04, de Taguatinga, que passaram no PAS, comemoram aprovação na primeira chamada para UnB

O INCANSÁVEL E DESAVISADO JORNALISTA SR. ALEXANDRE GARCIA E A FALÁCIA DA MERITOCRACIA

Não é a primeira vez que escrevo, critico e discuto comentários falaciosos desse senhor jornalista. A aula de hoje será sobre meritocracia.

Prezado jornalista, não utilizarei nenhuma palavra obscena ou derivada para desqualificar o senhor e seu repertório inadvertido de conceitos equivocados sobre educação. Sou de família simples, fui bem educado. Assim como não sou jornalista o senhor não é professor, muito menos pesquisador nesta área. Já que o assunto é mérito.

A palavra meritocracia é derivada de merecimento, teve seu sentido cunhado por meio do pensamento burguês e burocrático. O mesmo pensamento que alimenta o capitalismo, a competição desenfreada e que, não por acaso, gerou outro pensamento mais agressivo: darwinismo social. Aliás, palavra que levou ao caos o sistema educacional

estadunidense, basta ler o que escreveu Daiane Ravicth.

Em um país cuja maioria dos seus habitantes, sequer possui 9 anos de escolaridade, pode ser criminosa a ideia de que o tratamento igual aos diferentes seja justo e democrático. Esses dados são do IBGE considerando nosso cenário no ano de 2013. A ideia de que as cotas ferem os direitos é outro equívoco porque desconheço alguma cota que não esteja contida na legislação brasileira, se ela está certa ou errada prefiro o benefício da dúvida à certeza mal edificada.

Numa sociedade como a nossa em que os chefes de estado estão brigando, ano de 2016, para não pagarem o piso salarial dos professores que não chega a três salários mínimos, me parece estranha sua tese mal defendida da meritocracia. Observe isto, se quem estudou, se graduou e até passou em algum concurso público (meritocrático) ganha menos que nossas não menos

importantes diaristas, onde se ancora tua afirmativa do desmerecimento? Senhor jornalista os termos engodo, “pistolão”, “jeitinho” e entrada pelas “costas” aplicam-se aos políticos brasileiros quando praticam, à luz do dia, o nepotismo, as roubalheiras e as proteções bastante personalizadas.

Pobres em nosso país não são os estudantes iguais a mim, por exemplo, oriundo de família humilde, país, avós e outros que sequer possuem o ensino fundamental completo por causa da total e absoluta falta de oportunidades. Pobreza nesse país diz mais respeito ao grau de caráter e consciência do que ao saldo na conta bancária. Quem aqui possui algum dos avós com curso superior declare, isso revelará o sistema educacional excludente que deixou de fora gerações inteiras.

Infelizmente o senhor não será atendido por nossos estudantes

na rede hospitalar quando necessitar, como afirmou uma colega professora em um vídeo postado sobre a matéria. Até porque o senhor cuida da saúde no exterior e, sequer, conhece na condição de paciente o cheiro do pronto socorro de uma unidade pública, muito menos os corredores dos postos de saúde desse Brasil ainda desigual.

Por fim, não quero emitir nenhum juízo de valor sobre a qualidade dos serviços que o senhor prestou à comunicação social deste país, mesmo quando foi porta-voz do General João Batista de Oliveira Figueiredo, presidente durante a ditadura brasileira. Apenas quero lembrá-lo que colocar dois meninos, com 16 ou 17 anos, em uma pista de corrida, um com tênis e o outro descalço, um com qualidade nutricional duvidosa e o outro bem alimentado, um com preparador físico bem remunerado o outro quase autodidata, um com duas ou

três viagens para o exterior, que frequenta cinemas, teatro e até domina um idioma antes dos dezoito anos, para apostarem uma corrida meritocrática rumo à universidade me parece bastante não democrático. Por favor, leia Pierre Bordieu e sua tese sobre o Capital Cultural.

A avaliação não pode ser utilizada para excluir, ela deve ser utilizada para qualificar e melhorar os processos e os produtos, não para diminuir e exterminar as oportunidades das pessoas.

Finalizo este texto parabenizando todos os estudantes que adentraram à UnB, nossa universidade, aos seus professores, diretores e aos agentes de portaria das escolas (porque eles abrem portas também) não nos cabe, senhor jornalista, tentar fechá-las.

*Ex-estudante e atual professor da escola pública do DF, lotado na Eape; doutor em Educação pela UnB.

* Por Erisevelton S. Lima

